

013

CRIMINALIDADE, SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS - 2 SUB SESSÃO

SESSÕES TEMÁTICAS



AS PERCEPÇÕES DE JOVENS DO ENSINO MÉDIO EM RELAÇÃO À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA A PARTIR DO PROTAGONISMO JUVENIL

JOSENEIDE SOUZA PESSOA (UFPB)

ADALVAMBETE ALVES DE SOUZA (UFPB)

BRUNO ALEXANDRE CHAVES (UFPB)

IANY ELISABETH DA COSTA (UFF)

LUCAS LOPES DE OLIVEIRA (UFPB)

RESUMO

Este artigo vai discorrer acerca dos dados iniciais produzidos a partir de um estudo que compreendeu um conjunto de questionamentos sobre a relação entre protagonismo juvenil como mecanismo de prevenção à violência escolar e juvenil que se iniciou ainda em 2017 e que subsidiou uma atividade de extensão em 2018. Para a realização da primeira parte, foi privilegiada uma instituição educacional como campo da pesquisa, a qual foi selecionada após visita técnica empreendida e autorizada pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Tal secretaria indicou a referida escola pelo fato de ela possuir projetos ativos voltados para o protagonismo juvenil e a violência escolar denominados, respectivamente, de “Se Sabe de Repente” e “Liga pela Paz”. A relação com a direção da escola e alunos foi de compromisso com o estudo inicial, e depois teve outras culminâncias/atividades na extensão – Protagonismo Juvenil: uma aventura cidadã III em 2018.

Palavras-chave:

INTRODUÇÃO

Este artigo discute o protagonismo juvenil como mecanismo de prevenção à violência juvenil.

Esse estudo é resultado de um trabalho de extensão em 2018 sobre o mesmo tema em questão.

O texto em si vai tratar acerca de dados iniciais produzidos a partir de um estudo que compreendeu um conjunto de questionamentos sobre a relação entre protagonismo juvenil como mecanismo de prevenção à violência escolar e juvenil, que se iniciou ainda em 2017, e que subsidiou uma extensão em 2018. Para a realização da primeira parte, foi privilegiada uma instituição educacional como campo da pesquisa, a qual foi selecionada após visita técnica empreendida e autorizada pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba.

Tal secretaria indicou a referida escola pelo fato de ela possuir projetos ativos voltados para o protagonismo juvenil e a violência escolar denominados, respectivamente, de “Se Sabe de Repente” e “Liga pela Paz”. A relação com a direção da escola e alunos foi de compromisso com o estudo inicial, e depois teve outras culminâncias/atividades na extensão – Protagonismo Juvenil: uma aventura cidadã III em 2018.

A justificativa deste estudo dar-se-á a partir da própria natureza dele, pelo fato de se voltar para estudar o protagonismo, o que os jovens reconhecem como sendo isso, o que acontece na escola que podemos relacionar como protagonismo. Nesse sentido, foi salutar indagar esse tipo de questão aos jovens e visualizar, a partir das indicações por eles nos dadas, que o protagonismo é o que acontece na escola, por exemplo. No tocante também, que os resultados da pesquisa nortearam o caminho metodológico de um trabalho de extensão. Leva-nos a produzir, sistematizar e aplicar conhecimentos.

O artigo está composto por quatro partes, incluindo a introdução, referencial teórico, resultados e discussões e, por fim as considerações finais.

CONTEXTUALIZANDO O OBJETO DE ESTUDO – JUVENTUDE, PROTAGONISMO JUVENIL E VIOLÊNCIA

A categoria juventude não possui um consenso em relação a sua faixa etária, o que tem como uniformização é a mudança físico-mental na espécie humana, que se nomeia como puberdade. Ela, entretanto, não será determinante para a formação dos sujeitos. A interpretação da fase “juventude” será realizada institucionalmente pelo Estado, que classificará os comportamentos, os direitos e os deveres deste grupo. Este entendimento do indivíduo é fruto do pensamento liberal, que nasce com a modernidade. Outras instituições irão interferir na construção da concepção de juventude, como: escola; igrejas e família. Esta ideia atuará no “imaginário social” estruturando e homogeneizando o grupo, como afirma Bourdieu (1989).

No texto, assumimos o significado de juventude, de acordo com a ONU, na declaração XX... , que corresponde aos indivíduos de 15 a 29 anos, sendo dos 15 a 18 anos, os denominados de jovens adolescentes; dos 19 a 24 anos, de jovens-jovens e os de 25 a 29 anos de jovens (BRASIL, 2013).

Na concepção de Groppo (2004), a juventude é entendida como grupo, formada basicamente por 3 aspectos: escola; grupos controlados por adultos e os grupos informais.

Notoriamente após a Segunda Guerra Mundial, com a implementação dos Estados de Bem- Estar Social (ESPING-ANDERSEN, 1995), a juventude foi muito influenciada pela expansão da educação, como também pela cultura do consumo e pela crescente urbanização. Esses aspectos condicionaram os indivíduos a conviverem de forma mais interativa, possibilitando a formação de grupos que pensam e se comportam em formatos semelhantes (fonte??).

Quando tratamos sobre a temática da juventude no Brasil, mesmo sendo de fundamental relevo na atualidade, ocorre historicamente um negligenciamento quanto às pautas da juventude na agenda pública. Só a partir da década de 1980 que se inicia um processo de discussão com características mais democráticas sobre a necessidade de implementação de políticas públicas que permitissem uma ampliação da cidadania burguesa, mesmo que esta ainda fosse limitada. No tocante aos jovens, as políticas públicas eram voltadas praticamente para as mesmas finalidades daquelas dirigidas a outros grupos gerais, sem especificidades diretas aos temas da juventude (SILVA; SILVA, 2011).

Com a virada do século, na década de 2000 passou-se a compreender a categoria juventude como demandante das mais diversas políticas públicas do Estado de forma mais específica. Em 2004, inicia-se a tramitação, na Assembleia dos Deputados, de novas propostas sobre a temática; o primeiro, com o Projeto de Lei – PL nº 4.529, a qual propunha a criação do Estatuto da Juventude, e outro projeto, de nº 4.530, se voltava para a construção do Plano Nacional de Juventude. Em 2005, é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem, Lei nº 11.129), voltados para o público da faixa etária de 15 a 29 anos no Brasil. Nesse caso, o país adota a resolução da ONU sobre o recorte etário da juventude. Esses órgãos foram objetivados para assessorar a elaboração, implementação e avaliação das políticas de juventude, trazendo um novo alento às organizações, coletivos, representantes da juventude brasileira.

No tocante à construção ideológica desses documentos, pressupõe pensar o jovem como protagonista, definindo-o como lutador e personagem principal (SILVA; SILVA, 2011) de modo a que se reconheça que os jovens têm capacidade política e organizativa de participar ativamente na construção das políticas públicas voltadas para o seu segmento, como apontava a PL nº 4.530/2004.

Na construção desses processos de reconhecimento da juventude como categoria política, observa-se que os jovens têm estado presentes na contração das políticas públicas, a partir de uma perspectiva dupla, na qual eles seriam, de um lado, receptores de serviços públicos (sobretudo, aqueles direcionados às classes sociais mais pobres) e, por outro lado, são vistos, como atores estratégicos no desenvolvimento de sociedades mais igualitárias e democráticas (ABRAMOVAY, 2002).

No tocante às políticas públicas voltadas para a violência juvenil, tem-se, no país, um cenário pouco atrativo e nada diversificado. As respostas têm sido desde anos 1990, por meio das medidas sócio-educativas do Estatuto da Criança e Adolescência-ECA. Elas não atuam na prevenção dos atos infracionais dos jovens, atuam já nas situações de indicação criminal. Os jovens, desse modo, principalmente aqueles que residem na periferia e que têm pouco acesso aos serviços básicos ou, quando os têm, são de qualidade duvidosa, se veem fora dos mecanismos de proteção, aqueles mesmos alegados pelo referido estatuto, restando, em alguns casos, as medidas educativas como suporte curativo, nem sempre com bons resultados.

Essa “ineficiência” do ECA, a que nos referimos neste trabalho, resulta da frágil responsividade por parte do Estado no que tange à implementação das diretrizes do ECA junto às políticas públicas. Isso é o elemento prioritário que deveria permear as discussões das problemáticas que envolvem a juventude, antes mesmo de se defender a menoridade criminal para os 16 anos. Não é o ECA que está velho, caduco ou que não funciona o seu aporte doutrinário de direitos humanos, mas sim, a negação do conjunto dos direitos constituídos nele, fato este que decorre dos graves problemas da gestão pública brasileira.

Diante do contexto, a violência contra os jovens há muito tempo se espalha no país. Os dados de óbitos de jovens tem sido um dado alarmante que se propaga em vários estudos, órgãos públicos de defesa civil etc, mas ainda é perceptível a falha do Estado junto aos mecanismos de proteção social aos jovens, “[...] a maioria das vítimas de homicídios na América Latina apresentam características similares: são homens jovens, solteiros e de estratos socioeconômicos mais baixos, e que abandonaram o sistema escolar”. (ABRAMOVAY, 2002, p. 62).

Outro dado alarmante é o tamanho da população carcerária que é, na sua maioria, formada por jovens, dos 18 aos 29 anos, sendo a faixa mais extensa desta população. Desse modo, os jovens matam e morrem em maior número no país, como também, estão envolvidos em outros crimes, principalmente, os de patrimônio (furtos e roubos a terceiros). De acordo com Oliveira (2007), eles vivem em um estado de abandono dentro e fora dos muros penitenciários.

Considerando que o fator gerador da violência na população jovem está em sua maioria relacionado diretamente à exclusão social. O Estado, torna-se o predecessor do problema, pois é a ausência de um Estado orientado para o bem-estar social que dá margem ao surgimento de uma governabilidade negativa efetivada nas últimas décadas pelo aumento do tráfico de drogas, sendo a figura do traficante, potencializada também, dentro e fora dos muros das penitenciárias brasileiras.

Ou seja, existe no país, uma situação social de convivência com o governo paralelo, liderado por criminosos, muitos dos quais são jovens, e que têm tomado para si a responsabilidade de atuar junto a outros jovens. São protagonistas, mesmo que seja, um protagonismo negativo, mas eles (os traficantes) vêm assumindo o controle de vida de milhares de jovens brasileiros da pior forma possível, pois quase sempre, a lei do tráfico é contra a vida humana. Mesmo que eles desenvolvam, de forma ilegal, uma atividade que remunera, mas que escraviza com os jovens a partir da dependência química das drogas. Muitos desses jovens envolvidos com o tráfico trabalham para manter a sua dependência.

Criando uma luta pelo poder de forma hierarquizada e controlada de forma severa entre os grupos e gangues que dominam os territórios, principalmente das zonas periféricas das cidades do país.

Na medida em que se espalha o crime organizado, torna-se mais sedimentado o envolvimento dos jovens na violência urbana. A violência juvenil gera pânico e pavor na sociedade, criando uma cultura contra os jovens em vários aspectos sociais.

Tal realidade poderia ser amenizada se a função precípua do Estado protetivo e defensor dos direitos dos jovens fosse executada adequadamente no campo das políticas públicas. E, mais especificamente, no campo da educação básica, que ela cumprisse os requisitos de desenvolver uma formação integral para além de uma expectativa de formação profissional.

A nova política educacional para o ensino médio, no capítulo I do artigo 6º da Resolução nº 3 de 2018, propõe que as escolas priorizem

[...] o desenvolvimento intencional dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do estudante por meio de processos educativos significativos que promovam a autonomia, o comportamento cidadão e o protagonismo na construção de seu projeto de vida. (BRASIL; 2017, p.2)

Para tanto, é preciso oferecer aos jovens novas perspectivas econômicas, políticas, sociais, culturais para que eles possam expandir seus horizontes e dotar-se de autonomia intelectual, que lhes assegurem o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e à produção coletiva de novos conhecimentos, sem perder de vista que a educação também é, em grande medida, uma chave para o exercício dos demais direitos sociais, como preconizavam as diretrizes do ensino médio de 2012 (BRASIL, 2013, p. 147).

Como já prescrita em 2012, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, por meio da Resolução nº 2, de Janeiro de 2012, a escola é responsável por vários aspectos da formação do jovem, mas, em particular, observa-se a preocupação com o “[...] aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 2012, p. 10).

Como se observa nas resoluções de 2012 e na de 2017, que propõem as diretrizes curriculares para ensino médio, nelas aparecem a ideia e o termo protagonismo. Sendo assim, o protagonismo juvenil se constitui indiretamente como parte dessas propostas curriculares, mesmo que elas tenham nascido de contextos políticos diferentes. As duas buscam, de certa forma, contextualizar o jovem como um ator fundamental em relação aos problemas concernentes a ele próprio, o que acontece na escola, nos grupos sociais, nas comunidades de bairro ou, até mesmo, na sociedade de modo geral.

O protagonismo juvenil seria, nesse contexto essencial, “[...] enquanto modalidade de ação, é a criação de espaços e condições capazes de possibilitar aos jovens envolverem-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. O cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva do jovem na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (COSTA, 2000, p. 179).

Importante ressaltar que a institucionalização e a autonomia juvenil são paralelas na história, com vários exemplos na atuação. Neste cenário, o Estado tem atuado de modo a conter a delinquência juvenil desde início do século XX com o Decreto n. 17.943-a de 12 de Outubro de 1927, o qual propunha a institucionalização (prisão) do jovem nas mesmas condições dos adultos e, depois, com o ECA, na década de 1990, criam-se os Centros da Socioeducação, em que se executam as medidas socioeducativas voltadas para jovens infratores. Para tanto, é atribuída, também ao jovem, a sua inserção funcional, tendo que desenvolver atividade socioeconômica; podemos citar como exemplo, as iniciativas governamentais nesta direção como, por exemplo, o programa Jovem Aprendiz.

No Brasil, apesar de não haver uma tradição na agenda pública para as demandas dos jovens tem ocorrido, nas últimas décadas, uma crescente implementação de políticas públicas que permitam a ampliação da cidadania juvenil. A partir de reflexão de Carvalho (1987) retrata que a cidadania nacional vinda “de cima para baixo”. Ou seja, os sujeitos não se tornaram cidadãos pela conquista coletiva da ideia de ser, mas de modo formal e institucionalizado, ou melhor dizendo, doada pelas elites da época. Este processo tem consequências até os dias atuais, com a dependência das instituições para o reconhecimento e ampliação da cidadania; entretanto, outras forças vêm intervindo neste processo de fomentação como, por exemplo, os movimentos sociais, que têm atuado fortemente a partir dos anos 1970.

O fomento das políticas juvenis, ocorrido na década de 1970, não está alheio às transformações sociais que ocorreram nessa época, segundo Abramovay (2002), nesse período, os conflitos deixam de ser ideológicos sobre a natureza do sistema político e passam a ser crimes de delinquência, praticados pelos jovens. Foi a partir desse período que a dinâmica criminal do Brasil começou a mudar, chegando à década de 1990 com um perfil bem diferente. Neste sentido, segundo Zaluar (2007), “Um estudo cuidadoso dos inquéritos policiais e de processos penais em 1991 no Rio de Janeiro mostrou que 57% dos homicídios cometidos nesse ano estavam relacionados com o tráfico de drogas” (ZALUAR, 2007, p. 43).

Nesse contexto, os homicídios, suicídios e mortes de trânsito (a denominada Violência conjunta), passaram a ter valores significativos nas estatísticas, sendo ela ainda mais incidente entre os jovens. No caso do Brasil, estudos da UNESCO ressaltam que, nas principais capitais, cerca de 60% das mortes da coorte entre 15 a 25 anos estariam relacionadas a algum tipo de violência conjunta (CASTRO et al 2001).

Peralva (2000) fez o esforço de apontar as novas características conjunturais que potencializaram e continuariam potencializando as violências nos centros urbanos brasileiros na virada do século XX. Ele condiciona tais fatores ao aumento do acesso a armas; a juvenilização da criminalidade; a maior visibilidade e também a reação da violência policial, em particular contra jovens em bairros periféricos; e a ampliação do mercado de drogas e poder de fogo do crime organizado, em especial do narcotráfico em diversos centros urbanos (ABRAMOVAY, 2002)

A maioria das vítimas de homicídios na América Latina apresentam características similares: são homens jovens, solteiros e de estratos socioeconômicos mais baixos, e que abandonam o sistema escolar. (ABRAMOVAY, 2002, p.62).

Nesse contexto, a tese sobre democracia, cidadania incompleta e violência se firmou. Pelo foco da vulnerabilidade, advoga-se que a violência embora esteja associada à pobreza, não é sua consequência direta, ela está relacionada ao grau de desigualdades sociais e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura.

Relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos. (ABRAMOVAY, 2007, p.56)

Considerando que um dos principais fatores geradores da violência entre os jovens está relacionado diretamente à exclusão social, o estado torna-se o predecessor do problema. Pois é a ausência de um Estado orientado para o bem-estar social que dá margem ao surgimento de uma governabilidade negativa, caracterizada por Zaluar (2007) como uma organização complexa, no qual o crime organizado se estrutura, onde os conflitos comerciais e pessoais são resolvidos com armas de fogo, e no qual as exibições violentas de poder são a base das relações hierárquicas. A negligência estatal deu margem a uma reorganização social pautada no protagonismo reverso, onde o jovem se referencia no traficante. A exemplo disso, temos o trecho de uma entrevista realizada por Castro et. Al. (2001, p. 62):

(Os traficantes) Colocaram lazer na comunidade, organizaram o futebol, coisa que a comunidade ama, entendeu? Colocaram o baile funk que, na época, a gente adorava. Puxa, os traficantes foram nossos heróis, entendeu? Na época os traficantes eram nossos heróis e não os policiais.

A necessidade de ressignificar esse contexto fez com que o estado entendesse a juventude como uma faixa etária específica, singular em relação a outros segmentos populacionais e, portanto, com necessidades específicas que demandavam respostas diferenciadas; sem perder, contudo, a igualdade de direitos que são universais.

Nesse sentido, a partir de 1980, como decorrência da luta dos movimentos sociais e da forte influência dos estudos no campo da educação, foi desenvolvida a noção de proteção integral. A ênfase passa a incidir sobre o respeito aos direitos básicos do jovem, a sua segurança, sua formação, saúde, educação e, sobretudo quanto ao apoio ao seu desenvolvimento integral.

Muito embora a juventude fosse tema de variados espaços políticos, a sua participação é até hoje incipiente, segundo Boghossian e Minayo (2009), por mais que os jovens sejam convidados a tomar parte das políticas setoriais construídas, lhes pedem tão somente o testemunho dos direitos negados ou que aprendam a fazer política dentro de fórmulas já determinadas. Raramente são incitados a se inserirem “[...] como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos” (ABRAMO, 1997, p. 28). Essa outorga de participação dos adultos constitui significativo obstáculo ao envolvimento dos jovens na política em seus processos mais formais”

Hoje, desenvolve-se quase consensualmente a noção de que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens e da qualidade de sua participação (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

Nesse sentido, o protagonismo juvenil, se constitui como parte da proposta de governos nas políticas públicas, pois busca contextualizar esse jovem como um ator fundamental em relação aos problemas concernentes ao bem comum, que acontecem na escola, nos grupos sociais, nas comunidades de bairro ou, até mesmo, na sociedade de modo geral, mas principalmente, aqueles problemas que mais afetam a vida do jovem, que na realidade brasileira, um dos problemas mais sérios a ser enfrentados pelo poder público e sociedade, é a questão da violência contra os jovens.

Porém, são diversos os entraves para a atuação dos jovens no espaço político, envolvendo a estrutura das instituições, os preconceitos e uma conjuntura social e política que gera crescentes formas de exclusão. Soma-se a isso uma percepção recorrente do desinteresse dos jovens com relação às tradicionais formas de atuar na política (baixa participação nos conselhos e fóruns, no processo eleitoral e até mesmo nos projetos voltados para a juventude), o que se têm identificado, são grupos e espaços de características novas (BOGHOSSIAN; MINAYO, 2009).

Apesar dessa fragilidade estrutural e da ausência espaços educativos que promovam a participação dos jovens no âmbito das responsabilidades éticas, políticas e sociais, de forma que eles sejam os protagonistas de ações que elevem os seus níveis de envolvimento com as questões públicas (como foi delimitado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, é necessário, portanto, que os jovens se envolvam, sob as mais diversas formas de ressignificação dos espaços de participação e representatividade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em termos teóricos, a pesquisa se caracterizou como um estudo exploratório em relação aos objetivos e de pesquisa-ação, quanto aos delineamentos. A realização da pesquisa atrelada à extensão foi o ponto norteador deste estudo, pois foi perceptível o quanto de conhecimento, ações e valores voltados para o protagonismo podem ser trabalhados na realidade escolar.

A partir desta inserção, foi privilegiada uma instituição educacional como campo da pesquisa, a qual foi selecionada após visita técnica empreendida e autorizada pela Secretaria de Estado da Educação da Paraíba e pela escola. A indicação recebida visou a desenvolver a pesquisa em uma escola de grande porte, pelo fato de ela ser referência em projetos ativos voltados para o protagonismo juvenil e a violência escolar. Os projetos desenvolvidos pelo governo do Estado são, respectivamente: “Se Sabe de Repente” e “Liga pela Paz”. Esses projetos não foram objetos em si de estudo da pesquisa, mas de forma indireta serviram como parâmetro para este estudo. Foram aplicados 140 questionários com questões acerca do protagonismo e sua relação com a educação e a violência.

Os alunos não responderam questões pessoais, mas afetas à análise daquilo que a escola desenvolvia em relação a tal temática. Tendo em vista a preocupação e o cuidado com o campo de pesquisa, a relação com a direção da escola e alunos foi de compromisso com o estudo inicial, e depois ocorreram outras culminâncias/atividades desenvolvidas pela extensão – Protagonismo Juvenil: Uma Aventura Cidadã III em 2018.

O questionário refletia uma variável dependente, a de gênero, pois pretendíamos identificar se, de algum modo, o protagonismo seria refletido diferentemente entre meninos e meninas. Nesse sentido, 70 questionários foram respondidos por meninos e 70 por meninas, com recortes de amostras aleatórias simples efetivadas por sorteio junto às turmas do ensino médio (1º, 2º e 3º), do turno matutino da escola, que aqui denominaremos de Escola 2Cidadã. O tratamento dos dados foi realizado por meio do software Statistical Package for the Social Sciences-SPSS, principalmente para os dados fechados, bem como, as escalas que foram utilizadas no instrumento de coleta de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados sobre o perfil sociodemográfico dos sujeitos foram constituídos pelas seguintes variáveis, tais como: sexo (50% feminino e 50% do sexo masculino), aqui deu exatamente igual, porque essa variável era a que permitiria que pudéssemos perceber se a visão dos respondentes, a partir de sua condição de sexo alteraria, ou não, as respostas das outras dimensões do questionário. O estado civil (88,6% eram solteiros); raça/cor (42% autodeclarados pardos e 16,4% pretos); a religião (41,4% Católicos).

A análise do perfil destes estudantes permitiu identificar, também, que 75,6% deles exercem atividade laboral informal, apenas 24,4% possui vínculo trabalhista formal com alguma instituição e 89,9% não participa ou nunca participou de programas sociais voltados para o trabalho como, por exemplo, o Jovem Aprendiz. Cerca de 54,3% afirmou já ter recebido ou recebia benefícios sociais (o bolsa-família, foi o programa mais citado, quase todos que afirmaram que sim, estavam inseridos neste programa), 82,1% nunca participou de estágio ou projeto (remunerado ou não), 84,2% afirmou não ter remuneração alguma, 15,8% recebem remuneração cujo montante não ultrapassa os R\$800,00 e 87,3% declarou que a renda familiar estava entre R\$937,00 a R\$1.874,00.

Esses dados nos indicam a fragilidade junto a este recorte de políticas de incentivo a trabalho, geração e renda, bem como, fomentos de estágios e de atividades relacionadas à formação profissional dos jovens. Em relação à segunda dimensão da pesquisa, observou-se que a participação dos jovens em atividades de protagonismo era muito frágil, muitos não souberam identificar se existiam ou não os projetos de protagonismo juvenil desenvolvido pela Secretaria de Educação na escola.

A categoria protagonismo – ainda distante do simbólico dos alunos –, representando pouca ou fraca discussão, informação e divulgação de ações de protagonismo juvenil desenvolvido na escola. Ficando, neste sentido, que os programas governamentais citados como referência na escola deixaram a desejar, haja vista a parca divulgação e envolvimento destes jovens entrevistados acerca da existência deles.

No que se refere à terceira dimensão da pesquisa, procurou-se identificar se os estudantes eram sensíveis para entender que o protagonismo pode ser ou não utilizado como mecanismo de prevenção à violência. Nesta parte, foram formuladas várias perguntas com escala de intensidade. O objetivo era perceber a intensidade das respostas e se elas seriam diferentes para meninos e meninas. Dentre o conjunto de perguntas, destacou-se, neste trabalho, apenas cinco questões que, para responder à questão, percebeu-se maior interação entre elas:

Quadro 1: Questões utilizadas na Escala para Tratamento com SPSS

| Questões da Escala |
|---|
| 3.15 - O protagonismo juvenil é importante na prevenção da violência juvenil?; |
| 3.9 - A violência juvenil pode ser controlada ou minimizada por medidas/projetos de protagonismo juvenil; |
| 3.5 - O comportamento dos jovens pode ser reorientado por meio de projetos de protagonismo juvenil; |
| 3.3 - As ações dos jovens a partir de projetos de protagonismo podem ser inibidores de violência juvenil; |
| 3.1 - Projetos de protagonismo colaboram para a cidadania dos jovens. |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em todas as respostas, houve uma homogeneidade entre os dois grupos (meninos e meninas), de modo que os valores SIG foram os seguintes:

Quadro 2 – Percentuais do SIG do SPSS

| Questões | SIG |
|--------------|------------|
| questão 3.15 | SIG 0,637; |
| questão 3.9 | SIG 0,165; |
| questão 3.5 | SIG 0,697; |
| questão 3.3 | SIG 0,245; |
| questão 3.1 | SIG 0,884. |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Em relação aos percentuais das frequências das afirmativas informadas pelos participantes, no item 3.15, no qual há referência à importância do protagonismo na prevenção da violência; nota-se que este aspecto teve destaque de 41,2% (válidos) numa escala de 10. Para o item 3.9, ocorreu um percentual muito baixo nas escalas negativas, que vai de 0 a 4, de 7,2% acumulativa; com destaque para a escala 10 com 22,5% percentuais válidos; como também o predomínio da escala positiva, que corresponde de 6 a 10, de 80,1% acúmulos percentuais, ocorrendo uma mediana de 16% por escala. Na afirmativa 3.5, destacamos um percentual muito baixo para a escala negativa que acumulou em percentuais de 3,5%, demonstrando como os jovens não são resistentes a mudanças em seus comportamentos. Para o item 3.3, a escala com maior destaque foi o item 10 com um percentual válido de 22,8%, entretanto, quando observamos a escala positiva, teremos um percentual que corresponderá a 68,40% de relevância positiva para as ações de protagonismo como inibidoras de violência. Como também no item 3.1, a escala 10 teve o maior percentual válido de 44,4%, com uma frequência de 52 participantes.

Durante o processo de respostas, encontramos respostas influenciando outras:

Quadro 3: Percentuais de R Square de SPSS

| Questões | R Square Percentual de influência |
|--------------|---|
| Questão 3.15 | Teve 0,272 de percentual de influência das questões 3.9 e 3.3 |
| Questão 3.9 | Sofreu influências de todas as perguntas com R Square 0,051 |
| Questão 3.5 | Teve influência nas das questões 3.3 e 3.9 com R Square de 0,412 de percentual de influência; |
| Questão 3.3 | Teve R Square de 0,25 de percentual de influência de todos os itens analisados |
| Questão 3.1 | Teve nas questões 3.9 e 3.3 influência com R Square de 0,378. |

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados resultaram numa configuração ambígua, apesar de os alunos identificarem que o protagonismo pode ser uma ferramenta para a prevenção da violência, nos dados quantitativos expressos a partir das percepções dos jovens, apesar disso, poucos souberam identificar quais são as ações que podem ser consideradas protagonistas na escola.

Outro aspecto relevante foi o pouco envolvimento dos jovens da escola referida em atividades/programas governamentais existentes na escola como, por exemplo, o Programa “Se Sabe de Repente” e a “Liga pela Paz”. Estes programas tratam de várias temáticas que se relacionam com a prevenção e o controle da violência juvenil, de modo a consubstanciarem a política de segurança pública da Paraíba.

Desse modo, a experiência da pesquisa foi fundamental para o planejamento das ações da extensão em 2018, pois a equipe pode escolher e criar as oficinas, destacando os temas: Os direitos humanos dos jovens; O que é protagonismo juvenil? Empreendedorismo e juventude, e Protagonismo como prevenção à violência. Essas temáticas foram trabalhadas com alunos/representantes de turma dos 1º e 2º anos da escola, para que eles pudessem multiplicar as discussões e oxigenar a participação no grêmio estudantil, enquanto coletivo de jovens.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 5/6, p. 25-36, maio/dez., 1997

ABRAMOVAY, Miriam et. al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para políticas públicas**. Brasília : UNESCO, BID, 2002.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. *Saúde Sociedade*, São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BRASIL. Decreto n. 17.943-a de 12 de Outubro de 1927. **Consolida as leis de assistência e proteção a menores**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm. Acesso em 18 jul. 2019.

BRASIL. Resolução nº 2 de 30 de Janeiro de 2012. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC, CNE, Câmara da Educação Básica, 2012.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Senado/DF, 2013.

CASTRO, M. G., ABRAMOVAY, M., RUA, M. G. e ANDRADE, E. R. **Cultivando vida, desarmando violências: Experiências em educação, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza**. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: Adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

ESPING-ANDERSON, Gosta. O futuro do welfare state na nova ordem mundial. *Revista Lua Nova*. São Paulo, nº 35, p.73-111, 1995. (PDF)

GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. *Revista de Educação do COGEIME*, Ano 13, n. 25, dez., p.9-22, 2004.

PERALVA, A. **Violência e democracia: Paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

OLIVEIRA, Hilderlina C. A falência da política carcerária brasileira. *In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas*, São Luís, 28 a 30 de agosto 2007.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: Fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n.61, 2007.